



O Debate sobre a Pós-Modernidade na Historiografia Brasileira: Tempo e Narrativa (1985-1981)

Aline Loretto Garcia¹

Gabriel Giannattasio²

Antonio Benatte³

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o debate feito pelos historiadores brasileiros sobre uma historiografia pós-moderna. A partir de levantamento bibliográfico, verificamos que o primeiro texto escrito por um historiador brasileiro sobre a pós-modernidade foi publicado no jornal Folha de S. Paulo com o título *Post-modern is Beautiful* – Nicolau Sevcenko, professor de história da Universidade de São Paulo. Depois deste estudo inaugural, vários outros historiadores brasileiros debruçaram-se sobre a relação entre a pós-modernidade e a história. Os trabalhos de Francisco Paz, ainda nos anos 1980, passando pelos estudos de Ciro Flamarion Cardoso, o historiador brasileiro que mais escreveu sobre a questão, até a publicação, em 2011, do livro *Epistemologias da História*, no qual um grupo de historiadores se auto intitulam filiados ao pós-modernismo. Foram publicados no Brasil vários artigos, capítulos de livro ou mesmo obras completas em que a relação entre a história e a pós-modernidade é problematizada. Percorreremos esses discursos intertextuais com o intuito de entender os contornos do debate acerca da historiografia pós-moderna no Brasil. Para tanto, apresentamos como os historiadores brasileiros discutiram as questões do tempo e da narrativa histórica na pós-modernidade, temas que mereceram destaque em seus trabalhos.

Palavras-Chave: Historiografia. Pós-Modernidade. Teoria da História.

The Debate about Post Modernity in Brazilian Historiography: Time and Narrative (1985-2011)

Abstract: This article aims to analyze the debate made by Brazilian historians on a post-modern historiography. From the literature review, I found that the first text written by a Brazilian historian of postmodernity was published in the newspaper *Folha de S. Paulo*, with the title *Postmodern is beautiful* – Nicolau Sevcenko, history professor at University of São Paulo; after this inaugural study of Sevcenko, several other Brazilian historians have focused on the relationship between post-modernity and history from the works of Francisco Paz, still in the 1980's, through the study of Ciro Flamarion Cardoso, Brazilian historian who most

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina (PPHS/UUEL). Graduada em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

² Livre-Docente pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pós-Doutor pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Pós-Doutor pelo Centro Universitário SENAC (SENAC/SP). Pós-Doutor pela Université de Provence (Aix-Marseille I/France). Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina (PPGHS/UUEL).

³ Pós-Doutor e Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Identidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).



wrote about the issue), until the publication in 2011 of the book *Epistemologia da História*, in which a group of historians call themselves members to postmodernism. Several articles were published in Brazil, along with book chapters and even complete works, in which the relationship between history and postmodernity is problematized. We will go through these intertextual discourses in order to understand which outlines the debate about the post-modern historiography earned in Brazil. We present how the Brazilian historians discussed the issues of the time and the historical narrative in post-modernity, issues that were highlighted in their work.

Keywords: Historiography. Postmodernity. Theory of History.

Primeira Parte

É difícil estabelecer, ao certo, quando se constatou pela primeira vez a existência de uma crise da história ou da historiografia moderna. Essa situação ocorreu de forma paralela no conjunto das ciências humanas ou sociais. A partir dos anos 1970, estabeleceu-se um sentimento, parcialmente generalizado, de perda de confiança nas doutrinas e diagnósticos norteadores do desenvolvimento da pesquisa social nas décadas precedentes.

Nos canteiros da história, esse sentimento de crise veio acompanhado de dois fenômenos: uma descrença nas grandes narrativas ou filosofias da história que tomaram forma no século XVIII, época das Luzes, e que por muito tempo orientaram o fazer historiográfico com seus ideais de devir da matéria, evolução das espécies, do progresso dos seres humanos; e, talvez em decorrência dessa mesma crise da ciência, um retorno dos historiadores à forma narrativa milenar do texto historiográfico e, conseqüentemente, uma aproximação com a literatura.

Contudo, apesar da impossibilidade de estabelecer pontualmente o momento de constatação de uma crise da história e sequer datar o descrédito no que concerne às metanarrativas do ocidente moderno, é possível, ao menos, retomar alguns marcos desse complexo debate intelectual que transcende em muito os campos historiográficos.

Em 1979, o filósofo francês Jean-François Lyotard publicou o seu polêmico livro *A Condição Pós-Moderna*, escrito sob encomenda do Conselho da Universidade de Quebec, como um relatório sobre o conhecimento na contemporaneidade, essa obra tem como foco de discussão a função da narrativa no discurso e na ciência. Todavia, seu interesse não se concentra exclusivamente no conhecimento e nos procedimentos científicos, mas principalmente nas formas pelas quais a ciência obtém legitimidade. Destarte, Lyotard



propõe, entre outras teses, que a legitimação da ciência, a partir do século XVIII, está apartada dos vínculos sociais e recorre aos usos da linguagem para a sua própria legitimação.

Isto posto, o “jogo de linguagem da ciência” – conceito emprestado de Wittgenstein – é antes denotativo que narrativo; afinal, a ciência, em última ou penúltima instância, seja como for, nega a narrativa, uma vez que esta evidencia um outro sentido e temporalidade: obra da ignorância, barbárie, preconceito, superstição, senso comum ou ideologia. No entanto, o saber científico não se valida a si mesmo apenas pelos seus próprios procedimentos; e assim, a ciência volta-se à narrativa, porquanto é somente mediante esta (em sentido lato) que o saber científico recebe autoridade e propósito, direção e sentido, ou seja, torna-se tributária de uma ou outra filosofia da história.

Nesse meio, Lyotard supõe a existência de um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que o conhecimento científico denuncia a narrativa como seu “outro”, em um nível superior é dependente de uma metanarrativa legitimadora.

O conhecimento científico não pode saber e tornar sabido o que é o verdadeiro conhecimento sem recorrer a outro tipo de conhecimento, o narrativo, que do seu ponto de vista nada tem de conhecimento. Sem esse recurso, ele estaria em uma situação que pressuporia a sua própria validade e cairia naquilo que condena: estaria prejulgando, agindo a partir do preconceito. Mas ele não cai na mesma armadilha ao usar a narrativa como autoridade? (LYOTARD, 1998, p. 29)

Contudo, argumenta historicamente Lyotard, que desde a Segunda Guerra Mundial, assiste-se a uma perda do poder dessas grandes narrativas de fornecer uma estrutura legitimadora do trabalho científico. Assim, a perda da aura das metanarrativas ou metarrelatos caracteriza-se como um dos indícios da passagem do mundo moderno para o mundo pós-moderno. Explica Lyotard:

Simplificando ao extremo, considera-se pós-moderna a incredulidade em relação aos metarrelatos. É sem dúvida um efeito do progresso das ciências; mas este progresso, por sua vez, a supõe. Ao desuso do dispositivo metanarrativo de legitimação corresponde, sobretudo a crise da filosofia metafísica e da instituição universitária que dela dependia. A função narrativa perde seus atores (*auteurs*), os grandes heróis, os grandes perigos, os grandes périplos e o grande objetivo. Ela se dispersa em nuvens de elementos de linguagens narrativos, mas também denotativos, prescritivos, descritivos etc., cada um veiculando consigo validades pragmáticas *sui generis* (LYOTARD, 1998, p. XII, grifos originais).

Talvez seja sintomático que no mesmo ano (1979) em que Lyotard publica *A Condição Pós-Moderna*, proclamando em alto e bom som o fim das metanarrativas legitimadoras do discurso científico, a prestigiosa revista inglesa de história *Past and Present* traga um artigo do historiador britânico Lawrence Stone, com o título *The Revival of*



Narrative. Neste texto, também bastante polêmico, especialmente nos departamentos universitários de história, Stone anuncia um “ressurgimento” da narrativa na historiografia recente em detrimento da história científica generalizante, representada pela história demográfica francesa, por modelos explicativos de inspiração estruturalista e funcionalista e, principalmente, pelos modelos deterministas de explicação histórica, incluindo o marxismo.

Ressalta-se, que comum a esses três modelos era o pressuposto de que uma história verdadeiramente científica deveria distanciar-se de uma forma narrativa de escrita, reduzida a uma inevitável exposição dos resultados (conteúdos) da operação científica. Em outras palavras, para esses grandes modelos explicativos, o que se buscava era a análise científica dos dados e não a sua descrição ou arranjo em uma ordem cronológica ou outra; isso acarretava, por conseguinte, um relativo apagamento do indivíduo e do sujeito face às categorias mais abrangentes (estrutura, processo, mutação, evolução etc.).

Para Stone, o “ressurgimento da narrativa” na história recente (segunda metade dos anos 1970) significaria a atualização de uma tradição que, durante muitos séculos, concebera a narrativa como modelo ideal de exposição e comunicação do conhecimento histórico. Lembra que a história foi, na longa duração da história da historiografia ocidental, considerada como um ramo da retórica, porquanto historiadores como Tucídides, Gibbon, Macauley e outros primaram, antes de tudo, pela elegância estética ou uma *finesse* estilística que colocava o seu relato mais próximo da arte que da ciência.

Logo, toma-se como exemplares do retorno da narrativa as obras *Montaillou, Village Occitan de 1294 a 1324*, do historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie (1975), que relata aspectos da vida cotidiana dos moradores de uma aldeia no sul da França, na passagem do século XIII ao XIV, a partir dos registros da inquisição; *O Queijo e os Vermes*, do historiador italiano Carlo Ginzburg (1976), que descreve as concepções cosmológicas e o cotidiano de um moleiro do século XIV, também utilizando como fontes primárias registros de processos inquisitoriais.

Em verdade, o texto de Stone parte de uma visão um tanto ingênua do que seja narrativa. Instrumentalmente, a narrativa é conceituada como o “meio de organização do material em uma ordem cronologicamente sequencial e o enfoque do conteúdo em uma única história coerente, ainda que com subenredos” (STONE, 1991, p. 21). Os dois modos essenciais pelos quais a história narrativa se diferenciaria da história estrutural (científica ou



cientificamente orientada) são que, na primeira, o arranjo é descritivo e não analítico, e seu foco central é o homem e não as circunstâncias.

A concepção de narrativa de Stone é pouco problematizante quando lembramos que, desde os anos 1960, autores como Roland Barthes concebiam novas possibilidades para o modo narrativo de armação de enredo, que podiam romper com a cronologia ou com o pressuposto de um enredo coerente; ou que em 1974 Hayden White publicara seu já clássico *Metahistory*, uma densa e instigante tese sobre a imaginação histórica do século XIX, em que o conceito de narrativa é discutido com base na teoria literária, na linguística e nas filosofias da linguagem. É sintomático que a referência a White apareça na primeira nota do artigo de Stone, desaparecendo por completo no restante do mesmo artigo.

Apesar da visão simplista de narrativa presente no texto de Stone, o seu grande mérito está em identificar uma mudança nos padrões formais das pesquisas históricas – da escrita analítica à uma ou outra modalidade de narrativa. Mas o que levou a essa mudança? O que fez o historiador abandonar gradualmente os grandes modelos explicativos e retomar uma forma de escrever sobre o passado que, durante a modernidade historiográfica, havia sido negada, eclipsada ou deixada em segundo plano?

Para responder a essas questões, voltemos às proposições de Lyotard, para quem o saber muda de estatuto, ao mesmo tempo em que as sociedades entram na idade dita pós-industrial ou pós-moderna (a contemporaneidade). E, a partir daí, concluir que o saber histórico também passou por transformações nessa passagem. Ao menos essa é a ideia defendida por historiadores teóricos como Keith Jenkins (2006), para quem vive, na atualidade, o fim das maneiras pelas quais a modernidade moldou o passado; e isso porque as formas metanarrativas, concebidas como normais e mesmo como um tipo universal e verdadeiro de relato, estariam acabando. Segundo Jenkins, citado aqui longamente,

[...] los historiadores de todas las tendencias no tienen en general mayor dificultad (al fin y al cabo es su oficio) para establecer conexiones entre el fin de una era (o cultura o civilización) y el fin de las partes que la conforman. Por ejemplo, en general ven con el lamentable final de, digamos, el mundo clásico, llegaron también a su fin las concepciones clásicas de la historia. Aceptan que con el fin de lo medieval desaparecieron también las visiones medievales del pasado. Aceptan que los tipos de “historia engendrados y desarrollados” durante el Renacimiento terminaron, en efecto, cuando éste terminaron. Entoces por qué no aceptar con la misma facilidad que las historias construidas llegarán a su fin cuando ésta termine? [...] Las historias modernistas, son solo historias modernistas, no son otras cosas que géneros locales y bien localizados en el calendario. En consecuencia, dado que ése el caso, si ahora estamos empezando em viver vidas cunitativas y



qualitativamente posmodernistas, yo espero ver – con la transformación de las bases de poder que daban a esas historias una vida relevante – la transformación de esos géneros hacia la irrelevancia y el desahucio (JENKINS, 2006, p. 36).

As proposições de Jenkins apontam para o fato de que vivemos e experienciamos um outro tempo, o tempo pós-moderno, que trouxe consigo uma nova forma de historicizar o passado. Entre os termos que circulam nos debates intelectuais contemporâneos, o pós-moderno é um dos mais indefinidos e controvertidos. Na Europa, segundo Heloísa Buarque de Hollanda, o debate, ironizado como a polêmica entre *frankfurters* e *french fries*, polariza-se entre as correntes alemãs e francesas, cujos principais representantes são Jürgen Habermas e François Lyotard. Enquanto as análises de Habermas afirmam o poder emancipatório da razão e identifica pressupostos pós-modernos à emergência de posições políticas e culturais neoconservadoras, Lyotard avalia com otimismo o declínio das narrativas mestras como o marxismo, o iluminismo e o liberalismo, e, de modo geral, a liquidação dos traços iluministas do projeto moderno.

Pensadores como Linda Hutcheon analisam o pós-moderno enquanto um movimento que nasce dentro do próprio projeto moderno sem, necessariamente, romper com este. Já para outros teóricos, como Steven Connor, há no pós-moderno um momento de ruptura e desconstrução sistemática dos ideais modernos. De um ponto de vista marxista, Frederick Jameson identificou o pós-modernismo como “a lógica cultural do capitalismo tardio”. Fica claro que não há apenas uma via de abordagem do problema, ou um eixo central de discussões, mas uma heterogeneidade de questões que envolvem várias áreas do saber, inclusive a história.

Para refletir sobre como a pós-modernidade vem afetando o saber historiográfico contemporâneo, segue-se as pistas dadas por David Harlan em artigo intitulado *The Return of Literature*, publicado em 1989 na revista norte-americana *Historical Review*. Harlan inicia o artigo mostrando que os estudos como os de Roland Barthes e Jacques Derrida apontavam para a superação do sistema linguístico saussureano que postulava uma relação direta e não problemática entre o significante e o significado, mostrando entre outras coisas o quanto era ingênua a pretensão do historiador em encontrar um sentido fixo determinável em suas fontes, geralmente textos. Segundo Harlan:

Havia um tempo em que os historiadores pensavam ter escapado ao meramente literário, um tempo em que haviam estabelecido os estudos históricos no sólido fundamento do método objetivo e do argumento racional. No entanto, os recentes



avanços em crítica literária e filosofia da linguagem solaparam essa confiança. Agora, após uma ausência de cem anos, a literatura volta à história montando seu circo de metáfora e alegoria, interpretação e aporia, traço e signo, exigindo que os historiadores aceitem sua presença zombeteira bem no coração daquilo em que, insistiam eles, consistia sua disciplina própria, autônoma e verdadeiramente científica (HARLAN, 2000, p. 11).

O texto de Harlan separa a historiografia em dois momentos distintos: um primeiro, no qual o historiador buscou apartar a história da literatura por meio de uma vontade de verdade; e um segundo, no qual a literatura formalmente volta aos estudos históricos. É possível afirmar, segundo Harlan, que apenas com uma historiografia pós-moderna a história retoma um diálogo produtivo com as artes, especialmente a literatura e o seu estudo acadêmico, a teoria literária.

Segundo Hutcheon, o que a historiografia pós-moderna ensinou é que a história e a ficção são discursos e constituem sistemas pelos quais se dá sentido ao passado, ou seja, o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas transformadores desses acontecimentos em narrativas; e isso não caracterizaria “um refúgio para escapar à verdade”, mas um reconhecimento da função de produção de sentidos dos construtos humanos. Nas palavras de Hutcheon:

Esse é o contexto em que a compreensão histórica pós-moderna se situa: fora das associações de progresso ou desenvolvimento iluminista, do processo idealista hegeliano da história do mundo, ou de noções marxistas essencializadas a respeito da história. O pós-modernismo volta a confrontar a natureza poética do passado como objeto de conhecimento para nós no presente (HUTCHEON, 1991, p. 121).

No contexto pós-moderno, Hutcheon define a história como um problema de representação e linguagem. Diz a teórica: “nós não criamos acontecimentos, mas atribuímos-lhes significados e o fazemos ao interpretar e construir o referente, este de natureza discursiva”. Assim, em lugar de remeter quer para um referente concreto extralinguístico, quer para um significado transcendente, o texto remete sempre a ele próprio.

Para Hutcheon, o ato de contar histórias no seio da ficção literária e a própria história são o único meio de obter significados provisórios e contextualizados sobre o passado. Ademais, salienta que a abertura pós-moderna ao mundo é operada por meio do discurso, posto que o conhecimento do mundo opera-se consoante às narrativas, ou seja, o conhecimento do mundo dá-se segundo as narrativas passadas constituídas mediante textos e intertextos.



Verifica-se que é assim que a história liga-se à literatura, visto que o passado realmente existiu, mas só é conhecido mediante textos e mais textos. Dessa forma, na medida em que o acontecimento do passado é textualizado, perde-se a ilusão da transparência histórica, porque não há um “em si mesmo”; o acontecimento real é transposto para um texto por meio da linguagem; há, logo, uma narrativa do que aconteceu, e não o imediatamente “dado” do acontecimento.

Todos esses problemas vieram à tona na historiografia pós-moderna e envolvem questões como: qual a natureza do conhecimento histórico? Que tipo de história é possível ser escrita na atualidade? Qual a função da narrativa na construção do conhecimento histórico? E esses também foram foco de discussões realizadas por historiadores brasileiros.

Steven Connor explicitou que, em lugar de perguntar o que é o pós-modernismo, deve-se questionar: onde, como e por que o discurso do pós-modernismo floresce? O que está em jogo nesse debate? A quem se dirige? Tendo isso em mente, o objetivo deste estudo é mapear como os historiadores brasileiros discutiram a questão da pós-modernidade na historiografia e, a partir daí, delinear um panorama geral das discussões acerca das complexas relações entre historiografia, filosofia da linguagem e crítica literária, apontando novos caminhos para a pesquisa histórica.

Em 1985, o jornal Folha de S. Paulo publicou um artigo intitulado “*Pos-modern is Beautiful*”, de autoria de Nicolau Sevcenko, professor do departamento de História da Universidade de São Paulo. Sevcenko propôs conceber a pós-modernidade como uma questão de concepção de tempo. Não um tempo homogêneo, linear, em que se estabelece um recorte e fixa-se uma data decisiva, um ato inaugural; não um tempo que espere a redenção pelo progresso, mas um tempo para o humor e para a contemplação.

Depois desse texto inaugural de Sevcenko, vários outros historiadores brasileiros debruçaram-se sobre a relação entre pós-modernidade e história. Os trabalhos de Francisco Paz, nos anos 1990, passando pelos estudos de Ciro Flamarion Cardoso (historiador brasileiro que mais escreveu sobre a questão), até a publicação, em 2011, do livro *Epistemologias da História*, no qual um grupo de historiadores se auto intitula filiado ao pós-modernismo, foram publicados no Brasil vários artigos, capítulos de livro, ou mesmo obras completas em que a relação entre história e pós-modernismo é problematizada.



Com o intuito de atingir o objetivo proposto são discutidas neste trabalho as questões que envolvem o tempo e o texto histórico em uma historiografia pós-moderna. A leitura dos historiadores brasileiros que escreveram sobre a questão permite perceber que, apesar da multiplicidade dos problemas debatidos, suas análises tiveram como foco essas duas questões: tempo e narrativa. O historiador holandês F. K. Ankersmit, por sua vez, em seu texto *Historiografia e Pós-modernismo*, afirmou que, com o pós-moderno, o outono chegou à historiografia ocidental. Se Ankersmith estiver correto e o pós-modernismo significar o outono da historiografia, começamos agora a recolher algumas folhas caídas ao chão.

Segunda Parte

Marc Bloch (2001, p. 29) definiu a história como “ciência dos homens no tempo” e acrescentou que o tempo da história é “o próprio plasma em que banham os fenômenos, é como o lugar de sua inteligibilidade”. Da mesma forma, Fernand Braudel (1998, p. 71) afirmou que “de fato, o historiador não sai jamais do tempo da história: o tempo cola em seu pensamento como a terra à pá do jardineiro”. Com isso, verifica-se que a categoria tempo é imprescindível aos historiadores. Talvez em consequência disso, os debates realizados pelos historiadores brasileiros acerca do pós-moderno, apesar de estarem filiados a linhas teóricas diferentes e mesmo conflitantes entre si, têm em comum o fato de colocarem a questão da temporalidade como eixo central de suas análises.

No texto *O Efêmero is Beautiful*⁴, Nicolau Sevcenko convida a pensar o pós-moderno, antes de tudo, enquanto uma reflexão sobre o tempo, ou mais propriamente, os tempos, no plural.

Não um tempo homogêneo, linear, em que se pudesse estabelecer um recorte, e fixar uma data decisiva, um ato inaugural como se pode esperar da visão simplista da história na qual somos zelosamente educados. Não se pode definir um início preciso e embora se pronuncie e se deseje uma superação, ela não é nunca, infelizmente o fim. Trata-se antes de uma atitude nascida do espanto, do desencanto, da amargura afetiva, que procura se reconstituir em seguida como alternativa parcial, desprendida do sonho de arrogância, de unidade e poder, de cujo naufrágio participou, mas decidiu se salvar a tempo, levando consigo o que pode resgatar da esperança (SEVCENKO, 1990, p. 45).

Por conseguinte, é válida a pergunta: de que sonho de arrogância, de que unidade e poder o tempo pós-moderno participou, mas conseguiu se salvar? Temos algumas pistas para

⁴ Este artigo foi originalmente publicado sob o título “O efêmero is beautiful”, na Folha de S. Paulo, Folhetim, número 434, 12.05.85. Posteriormente, se tornou capítulo de um livro: SEVCENKO, Nicolau. *O enigma pós-moderno*. In: *Pós-modernidade*. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.



responder a essa questão quando Sevcenko dialoga com o filósofo Walter Benjamin, e nos remete ao seu *Angelus Novus*, o anjo da história. A tradição descreve a figura do anjo como o feliz mensageiro que vem anunciar os novos tempos. O que Benjamin nos anunciou foram tragédias não compreendidas porque entramos de costas no futuro. O *Angelus Novus* de Benjamin parece querer afastar-se daquilo a que olha fixamente, anjo da história voltado para o passado, que vê apenas ruínas e catástrofes e parece não compreender o que vê. Mas a tempestade o impele de maneira irresistível para o futuro, para o qual ele dá às costas, enquanto diante dele o monte de escombros cresce até o céu:

Existe um quadro de Klee que se intitula *Angelus Novus*. Ele representa um anjo que parece ter a intenção de distanciar-se do lugar em que parece imóvel. Seus olhos estão encarquilhados, sua boca aberta, suas asas estendidas. Tal é o aspecto que deve ter necessariamente o anjo da história. Ele tem o rosto voltado para o passado. Onde nos apresenta uma cadeia de eventos, ele não vê senão uma só e única catástrofe, que não cessa de amontoar ruínas sobre ruínas e as joga a seus pés. Ele bem que gostaria de se deter, acordar os mortos e reunir os vencidos. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se abate sobre suas asas, tão forte que o anjo não pode tornar a fechar. Essa tempestade o empurra incessantemente para o futuro, para o qual ele tem as costas voltadas, enquanto diante dele as ruínas se acumulam até o céu. Essa tempestade é o que denominamos progresso (BENJAMIN apud SEVCENKO, 1990, p. 46).

Benjamin escreveu esse texto, integrante de suas Teses sobre Filosofia da História, em 1940. Para François Dosse (2013), a principal contribuição de Benjamin para a definição de um novo regime de historicidade situa-se em sua maneira de não considerar a relação entre passado e presente como uma simples relação de causa e efeito. Benjamin procura responder às expectativas não realizadas de um passado que sofre no interior do próprio presente, cuidando para tornar possível uma atualização do esquecido.

Dessa forma, é válido retomar a questão colocada anteriormente: de qual sonho de arrogância, de unidade e poder o tempo pós-moderno participou, mas conseguiu se salvar a tempo? Afere-se que o tempo pós-moderno se salvou da modernidade que, ao contrário de libertar, submeteu o homem ao império de uma maquinaria genocida sem precedentes, pois “a herança de Prometeu, ele descobre afinal, é a águia que devora as vísceras de cada um e não a redenção da humanidade” (SEVCENKO, 1990, p. 50).

O tempo instaurado após a modernidade não segue mais a mesma direção e o mesmo vento do progresso, já não goza mais do mesmo privilégio de se fundir com a fonte única de todo o poder, já não se acredita mais e nem se deixa levar pelas falsas promessas do futuro.



Segundo Sevcenko, a arte teve papel fundamental como precursora deste tempo outro, afigurando-se como o lugar mais “confortável” para lidar com aquilo que, a princípio, possa parecer o extremo e o desconfortável. Destarte, atitudes de rejeição à herança socrático-platônica de unidade, transcendência e supremacia do belo e rejeição de toda experiência à homogeneidade de representações metafísicas são encontradas em textos de Mallarmé, Joyce ou nos escritos de Kafka. Sevcenko propõe, ainda, que o tempo pós-moderno traz com ele a ambiguidade, aliás, ele é feito delas e sem dúvida deve ser superado.

No entanto, “não há como negar que existe aí uma bela, generosa e multifacetada esperança. O anseio de uma justiça que possa ser sensível ao pequeno, ao incompleto e ao múltiplo” (SEVCENKO, 1990, p. 54). Logo, verifica-se que existe, no texto, uma substituição da ideia de progresso, presente nos tempos modernos, pela ideia de esperança na pós-modernidade. Se, com a modernidade, os olhos estavam voltados apenas para a expectativa de um futuro melhor, cabe agora aos homens olharem para o passado e aprenderem com a experiência. Ao analisar o tempo pós-moderno e mostrar seu novo entrelaçamento com a experiência e a expectativa, explica Sevcenko (1990):

Creio que já seja uma vantagem e um alívio que o pós-moderno se apresente como um castelo de areia e não mais como uma nova Bastilha, um novo Reitschtag, um novo Kremlin, um novo Capitólio. Apenas um castelo de areia, frágil, inconsistente, provisório, tal como todo ser humano. Um enigma que não merece a violência de ser decifrado (SEVCENKO, 1990, p. 55).

As reflexões propostas por Sevcenko acerca do pós-moderno enquanto uma questão de concepção de tempo tiveram continuidade com o trabalho *História, Modernidade e Pós-modernidade: Os Desafios Contemporâneos do Conhecimento* (1994), do historiador Francisco Moraes Paz. Esse trabalho pode ser dividido em duas partes: 1) análise do tempo pós-moderno enquanto determinada sensibilidade; 2) emergência do tempo pós-moderno.

Segundo Paz (2004), com a sensibilidade pós-moderna houve a falência dos mitos dominantes da cultura ocidental e a necessidade de repensar os elementos constituintes do conhecimento científico. Logo, na contemporaneidade haveria a crise das análises estruturais e das grandes narrativas e, com isso, a promoção das micronarrativas capazes de refletir a reconquista da diversidade e a reconciliação com a diferença. Para Paz, as micronarrativas:

[...] traduzem a redescoberta da sensibilidade para com o outro bem como a promoção intelectual das múltiplas experiências culturais. Talvez pelo desejo de ultrapassar a associação mítica entre a cultura e a unidade de culto. Ao mesmo tempo, a micronarrativa permite romper com o gesto narcísico de reprodução



universal das imagens da civilização na tentativa de organização uniforme do espaço da experiência dos sentidos humanos (PAZ, 2004, p. 20).

Ainda para Paz, um dos reflexos do advento da sensibilidade pós-moderna seria a crise da ideia de progresso, acompanhada dos avanços dos meios de comunicação, multiplicando, por conseguinte, as imagens do passado e as visões de mundo, o que, conseqüentemente, anularia o princípio de realidade única e ampliaria os ideais pela libertação do múltiplo. Essa atitude diante da crise da modernidade possibilitou a compreensão do real enquanto algo envolto em uma zona de indefinições, levando Paz a parafrasear Paul Veyne dizendo que “a verdade não é o principal valor do conhecimento. Ter ideias é mais importante que conhecer verdades” (PAZ, 2004, p. 21).

Especificamente no campo das humanidades, essa nova sensibilidade veio acompanhada pela promoção do indivíduo e busca pela compreensão de suas formas de viver. Ao mesmo tempo, houve um maior diálogo com outros campos do conhecimento e, assim, por exemplo, a distinção entre história e literatura passou a ser questionada, sobretudo, porque o real tem sido percorrido pelas representações.

O conhecimento produzido pela sensibilidade pós-moderna não é visto como algo negativo por Paz; ao contrário, ele é um dos primeiros historiadores a advogar a favor dessa nova sensibilidade.

[...] se aceitamos o conhecimento produzido pela modernidade, por que não aceitamos a pós-modernidade? Ambos estão marcados pelos prazeres e tristezas do tempo vivido, ambos contém o sabor das experiências do poeta e do filósofo. Logo, livremo-nos dos constrangimentos e das resistências à pós-modernidade. Antes de tomá-la como mera difusão do experimentalismo modernista, ousemos tratá-la como uma nova sensibilidade, livre da fixação do passado e da sensação nostálgica do tempo perdido (PAZ, 1994, p. 13).

Para Paz, um marco no debate intelectual acerca da pós-modernidade é a publicação de *A Condição Pós-Moderna*, de Jean-François Lyotard, publicada na década de 1970, cujo foco é a discussão acerca da função da narrativa no discurso e na ciência. O tema da pós-modernidade remete, ainda, a dois outros marcos intelectuais. Primeiramente, a Walter Benjamin que, como poucos filósofos, experimentou o mal-estar da modernidade e, com extrema propriedade, utilizou-se do quadro de Klee – *Angelus Novus* – para mostrar suas impressões sobre a modernidade. E, da mesma forma, a Nietzsche que, em sua *Segunda Intempestiva: Usos e Abusos da História para a Vida*, é o primeiro a aferir que a exigência oitocentista da história ser uma ciência do devir universal acaba por tirar da história sua força



vivificante. Nietzsche defende uma história que se assume como arte, porquanto, como arte, não está voltada à busca da verdade, mas apenas ao desejo inconsciente do artista, pois, além de ser conhecimento ou informação, o saber histórico apresenta-se como percepção.

A retomada do pensamento de Nietzsche para analisar o tempo pós-moderno ocorre também no texto “Uma Pós-Modernidade Trágica: A Historiografia para além da Verdade e da Mentira, dos historiadores Gabriel Giannattasio e Guilherme Cantiere Bordonal. Esse texto faz parte do livro *Epistemologias da História: Verdade, Linguagem, Realidade, Interpretação e Sentido na Pós-Modernidade*, escrito por professores e alunos de história e cujo objetivo é refletir acerca da prática historiográfica em relação aos diferentes pontos de vista metodológicos e acerca dos problemas teóricos apresentados ao saber histórico contemporâneo.

Partindo da premissa de que, nos tempos atuais, não cabe mais ao historiador recorrer ao discurso de que a teoria por ele utilizada está diluída em sua narrativa, nesta obra é colocado em primeiro plano os fundamentos que sustentam o valor do conhecimento histórico. Em geral, a obra aponta para o fato de que assumir uma posição historiográfica pós-moderna significa não apenas abolir a verdade, como também exige um domínio cada vez maior do historiador sobre o seu próprio discurso, ou seja, colocar os instrumentos da operação historiográfica às vistas.

No que se refere ao tempo pós-moderno, o texto de Giannattasio e Bordonal inicia-se com uma tentativa de conceituar o tempo. Para tanto, recorrem às reflexões de Santo Agostinho que abordou a problemática da temporalidade no livro XI de suas *Confissões*. Nesta obra, lança a célebre questão: “O que é o tempo? Se ninguém me pergunta eu sei, se me perguntarem e eu quiser explicar eu não sei mais”, isto é, sabe-se o que é o tempo, pois não há experiência mais íntima presente em todos os nossos estados de espírito; mas quando a intenção é tornar mais claramente conhecida esta experiência, há a dificuldade de passar de um sentido obscuro para uma constatação objetiva. Logo, pode-se dizer que o aspecto das vivências subjetivas que mais resiste à explicitação seja a temporalidade ou a maneira pela qual o tempo se inscreve na realidade humana.

Para Giannattasio e Bordonal, ao lançar a questão: o que é o tempo? Santo Agostinho não oferece nenhuma resposta definitiva, mas consegue desconstruir a ideia ocidental de linearidade temporal, colocando a impossibilidade de ter o tempo em qualquer outra instância



que não seja a abstrata. Assim, o tempo existe como um exercício construído intelectualmente pelo homem do conhecimento, não habita outro espaço além da linguagem. Segundo os autores, para se ter a percepção de que algo passou, é necessário fazer uso da memória, porquanto o processo que constitui a memória é o armazenamento de algumas informações e o esquecimento de outras: ela é, pois, a principal característica que difere os homens dos animais. Assim, possuir uma memória é o que possibilita a construção de um mundo que jamais será encontrado no plano do vivido. Conforme explica Nietzsche:

Pensem no exemplo mais extremo, um homem que não possuísse de modo algum a força de esquecer e que estivesse condenado a ver por toda a parte um vir-a-ser: tal homem não acredita mais em seu próprio ser, não acredita mais em si, vê tudo desmanchar-se em pontos móveis e se perde nesta torrente do vir-a-ser: como o leal discípulo de Heráclito, quase não se atreverá mais a levantar o dedo. A todo agir liga-se um esquecer: assim como a vida de tudo o que é orgânico diz respeito não apenas à luz, mas também à obscuridade. Um homem que quisesse sentir apenas historicamente seria semelhante ao que se obrigasse a abster-se de dormir ou ao animal que tivesse de viver apenas de ruminância e de ruminância sempre repetida. Portanto, é possível viver quase sem lembrança, sim, e viver feliz assim, como o mostra o animal; mas é absolutamente impossível viver, em geral, sem esquecimento (NIETZSCHE, 2005, p. 9 e 10).

Giannattasio e Bordonal concluem que a questão primordial do tempo pós-moderno passa a ser o tempo presente. Afinal, cabe ao homem utilizar o passado e o futuro como forma de vivificar o presente, uma vez que o passado não existe mais e o futuro não existe ainda. O historiador José Carlos Reis também discorre acerca do tempo pós-moderno enquanto um momento de retorno do trágico na sociedade contemporânea, marcada pelo dissenso e pelos jogos de linguagens divergentes. Nesse meio, o ocidente se percebe não linear, pois a ideia de um progresso contínuo releva-se enganosa e perigosa, conforme afirma Reis (2011, p. 45): “o futuro não pode ser a única realização histórica legítima, pois virtual, sempre virgem. A vida é o atual, que não pode ceder seu lugar à vida futura”.

Ao perguntar que tempos são esses que se aproximam, Reis escreve que é um momento de desencantamento do mundo, da perda de representações globais unificadoras do sentido histórico, no qual predomina uma nova experiência com a história. A pós-modernidade veio, então, demolir as bases do conhecimento histórico moderno, pois a recusa da filosofia da história, no sentido hegeliano e iluminista, a utopia, a crença no progresso que levariam à emancipação humana perderam relevância em favor da:

[...] valorização da alteridade, da diferença regional e local, micro cortes no total social, apego às micronarrativas e à descrição densa, em detrimento da explicação globalizante, abertura a todos os fenômenos humanos no tempo, com ênfase no



individual, no irracional, no imaginário. Nas representações subjetivas e irracionais (REIS, 2011, p. 60-61).

Da mesma forma, os historiadores marxistas brasileiros refletiram sobre a temporalidade pós-moderna e os regimes de historicidade aí engendrados. Em 1994, foi publicado na Revista Brasileira de História um texto de autoria da historiadora marxista Emília Viotti da Costa, cujo título *A Dialética Invertida (1960-1990)*, tem caráter provocativo. Viotti da Costa analisa as correntes historiográficas que buscam emergir sobre os escombros da historiografia anterior (cartesiana, estruturalista, marxista), relacionando a emergência dessas correntes historiográficas às mudanças que ocorriam nas sociedades e nos processos culturais. Além do mais, critica os historiadores que permaneceram apegados aos métodos estruturalistas dos anos 1960 e os que rejeitavam as lições do passado para embarcar no pós-modernismo sem qualquer crítica.

Emília Viotti propôs uma síntese dessas tendências. Na abertura do texto, a evocação de uma imagem: *Mai 68, on Refrait le Monde, Mai 86, on Refrait la Cuisine*⁵⁵. O jogo de palavras que apresenta a historiadora aparece no jornal francês *Le Monde* em maio de 1986. Ela informa que foi produzido na capa de um volume de 1987 da *Radical History Review* americana. O sentido da reprodução do jornal francês na revista americana, segundo a autora, é fruto das preocupações de uma parcela de historiadores referente ao abandono dos historiadores do desejo de construção de uma sociedade mais justa. Para a autora, o abandono da função da história como construtora de uma sociedade mais justa teria sido colocado em prática por uma historiografia pós-moderna, e, segundo Viotti, tornou-se uma total “inversão da dialética”.

E, por que ocorreu essa inversão? A história pós-moderna é reflexo das transformações pelas quais passou a sociedade contemporânea, especialmente as sociedades europeias e americanas. Portanto, caberia aos historiadores indagarem sobre sua validade em outros contextos. “Para nós a questão que se coloca é simples: se a nova historiografia nasceu de condições específicas, até que ponto é válido dentre de nosso contexto? Como comparar a situação de trabalhadores da América Latina com os trabalhadores europeus?” (VIOTTI, 1994, p. 25).

⁵⁵ “Maio de 68 refez-se o mundo. Maio de 86, reforma-se a cozinha.”



Em 1997, as análises de Emília Viotti da Costa têm continuidade com o texto *História e Paradigmas Rivais*, de Ciro Flamarion Cardoso. O texto propõe analisar o tempo pós-moderno enquanto um período de transformações sociais, as quais remetem aos Estados Unidos da década de 1950 e 1960 quando, pela primeira vez, os trabalhadores de serviço e gestão tornaram-se mais numerosos. Esse tempo de transformações sociais levou o conhecimento histórico a perder seu caráter científico racional, sendo recomendável renunciar ao analítico e à macro-história em favor da hermenêutica, da microanálise e da concepção de história como narrativa literária. Entretanto, para Cardoso, essas características epistemológicas do pós-modernismo estariam dando sinais de esgotamento no campo historiográfico, pois:

Há alguns historiadores, dotados de vivo interesse pela epistemologia e pelos métodos de sua área de estudo, bem como conscientes, e isso há vários anos, do esgotamento das estruturas pós-modernas e culturalistas, os quais, por tal razão, mostram-se atentos às repercussões possíveis do declínio do pós-modernismo sobre o futuro imediato da História-disciplina (CARDOSO, 2005, p. 152).

Se, com os trabalhos de José Carlos Reis e Gabriel Giannattasio, o tempo pós-moderno foi analisado enquanto o retorno do tempo trágico na atualidade, enquanto os trabalhos de Emília Viotti e Ciro Flamarion Cardoso apresentaram esse mesmo tempo enquanto uma nova etapa do capitalismo, o texto *O Pós-moderno*, de Gisele Manganelli Fernandes reflete sobre esse tempo enquanto o momento da chamada “sociedade de controle”. Em suas palavras:

Existe uma explosão do consumo levando as pessoas a consumirem produtos impulsivamente. Vivemos também na sociedade de vigilância. Somos controlados por monitores e câmeras por todos os lugares em que passamos e temos a sensação de que a tecnologia irá nos salvar de todos os perigos (FERNANDES, 2009, p.302).

Ainda segundo Fernandes (2009), nos tempos pós-modernos, a internet acarretou uma série de problemas e um deles é a segurança das mensagens, pois há *hackers* que podem invadir os computadores, programando vírus, causando danos, muitas vezes irreparáveis, na vida das pessoas. Isso significa que há uma prisão dentro de um amplo sistema, sobre a qual não tem-se o menor poder de intervenção e na qual nenhuma decisão individual tem importância. Vive-se sob permanente controle, localizados pela participação em redes sociais. Afinal, nelas, tudo torna-se parte do banco de dados, ninguém consegue mais escapar da luz do poder, de um horizonte que encerra dentro da sua máquina de controle. Logo, o futuro seria sem futuro.



Terceira Parte

Em 1973, o filósofo francês Jacques Derrida inicia a sua Gramatologia propondo que nunca, como no presente, a linguagem tem invadido o horizonte mundial das mais diversas pesquisas e dos discursos mais heterogêneos. Pode-se dizer que o caminho que levou o domínio da linguagem nos debates das ciências humanas foi longo e complexo. Teve início ainda no século XIX, quando Friedrich Nietzsche escreveu que “Deus Vive na Gramática”, e continuidade com a publicação do Curso de Linguística Geral do suíço Ferdinand Saussure.

Nesse trabalho, tido como fundador do estruturalismo, Saussure afirma que a linguagem forma um sistema autônomo, fechado em si mesmo, o qual possui uma estrutura. A partir do desenvolvimento das teses de Saussure, chegou-se a afirmar que a linguagem não é um meio para comunicar sentido ou unidades de sentido, mas ao contrário, o sentido é uma função da linguagem, pois o homem não utiliza a linguagem para transmitir o seu pensamento, mas o que o homem pensa está condicionado pela linguagem.

Nos anos 1960, com o desenvolvimento das teses pós-estruturalistas, houve uma tentativa de substituir o sistema linguístico de Saussure, firme e estável, por uma concepção de linguagem instável, aberta e proteica. Segundo a síntese de David Harlan:

Os pós-estruturalistas atacaram primeiramente o entendimento saussuriano do signo como a união entre uma palavra (o significante) e a ideia por ele representada (o significado). Para Jacques Derrida, Roland Barthes e outros, esta unidade presumida não passa de uma ficção: os significantes não estão ligados aos significados, eles meramente apontam para outros significantes. No lugar de um sistema estruturado, gerando significados fixos, ficamos com uma cadeia infinita de significantes, nos quais o sentido é sempre postergado, e finalmente ausente. Não há um ponto de referência externo, não há uma última palavra, não há um “significado transcendental” que estabeleça o sentido, garantindo-o de uma vez por todas. Há somente a atuação incessante e não mitigada dos significantes – significantes libertos da tirania do significado, significantes não mais acorrentados ao esquema estrutural de regras e oposição (HARLAN, 2000, p. 17).

É no contexto de considerações como essas que, no campo da história, veio à tona um debate que envolve a linguagem, a possibilidade do historiador atingir o real mediante o texto e a retomada da narrativa pelo fazer historiográfico. Assim, qual a relação existente entre história, linguagem e mundo? Essa questão está submersa em um debate que envolve a crise da modernidade e o momento em que se passa a pensar em uma historiografia pós-moderna.

Em 1999, a Revista Diálogos publicou uma série de artigos teóricos, com considerações sobre a historiografia pós-moderna, com foco para a questão da narrativa na



pós-modernidade. O debate teve início com a publicação do texto Epistemologia Pós-moderna: A Visão de um Historiador, de Ciro Flamarion Cardoso. Coube aos historiadores Pedro Paulo Funari e Astor Antonio Diehl escreverem artigos como resposta ao texto de Cardoso. O texto de Cardoso aponta que, nestes tempos que alguns convencionaram chamar pós-moderno, predomina em certos ambientes acadêmicos uma visão sobre a história, bem como sobre as demais ciências sociais de mera construção, tais disciplinas são entendidas como algo a serem abordadas apenas hermeneuticamente.

Em outras palavras, não haveria história e, sim, história de e para determinados grupos definidos por dadas posições, significando que, ao escrever, um historiador se dirige, na realidade, a um destes grupos, aquele que partilha com ele as premissas que constroem o seu discurso. Existe, então, uma história das mulheres, uma história dos homossexuais etc. Mas, Cardoso afirma apoiar opinião oposta:

Não participamos da epistemologia em moda atualmente, que do realismo do objeto passou a um anti-realismo que se disfarça como “realismo simbólico” (ou pansemiótico); pois o abandono dos “grandes objetos” em favor da “história em migalhas” tem a ver exatamente com o abandono do realismo epistemológico. Não cremos que se ganhe alguma coisa descartando construções unilaterais como o *homo faber* ou o *homo oeconomicus*, se tal for feito em favor de outra concepção, igualmente unilateral: o *homo symbolicus*. Os processos de semiose estão, sem dúvida, presentes em tudo no mundo social humano; mas, se dele constituem uma dimensão onipresente, não o esgotam. Pretender o contrário é apenas mais um tremendo reducionismo (CARDOSO, 1999, p. 18).

Segundo Cardoso, os principais temas trabalhados pelos historiadores na pós-modernidade consistem na crítica da presença ou da apresentação em favor da representação; crítica da origem em favor dos fenômenos; crítica da unidade em favor da pluralidade; crítica da transcendência das normas, em favor da imanência e análise dos fenômenos mediante alteridade constitutiva. Quanto ao tema da presença, Cardoso aponta que refere-se à qualidade da experiência imediata e aos objetos que, por meio dela, se apresentam imediatamente.

Destarte, o que é direta ou imediatamente dado na experiência tem sido contrastado na filosofia tradicional com as representações. Assim, por exemplo, a percepção, a sensação, os dados sensoriais foram considerados em diversas épocas condutos de tipo imediato para a realidade. Para Cardoso, o pós-modernismo questiona e, às vezes, nega esta distinção, nega que qualquer coisa esteja presente independente dos signos e da linguagem.

Já Pedro Paulo Funari defende que um aspecto central das discussões epistemológicas contemporâneas remete ao caráter discursivo da ciência, o que Cardoso



chamou de narratividade. Segundo Funari, os historiadores têm colocado a importância de reconhecer o que os alemães chamam de conjunto de conceitos de uma época, a serem retraduzidos para o contexto do historiador de outra época. Funari defende que:

Na medida em que o historiador produz, necessariamente, textos, sua narrativa não pode escapar às regras de qualquer construção discursiva. A pesquisa histórica e a escrita da História ligam-se pela estrutura narrativa, como se tem reconhecido em historiografias tão variadas como a norte-americana, a francesa e a alemã, propondo-se a substituição da noção de escritor da História por aquela de contador da História (FUNARI, 1999, p. 45).

Ademais, Funari, discordando de Cardoso, argumenta que não se deve considerar a importância da discursividade como mero antirrealismo, mas uma preocupação de como os historiadores produzem significados por meio do texto histórico. Astor Antonio Diehl, de sua parte, mostra que qualquer discussão sobre o pós-modernismo precisa passar pela forma como a modernidade tem sido interpretada. Para isso, Diehl estabelece um diálogo com pensadores alemães, como Kant e Nietzsche, Adorno e Horkheimer, sugerindo que posições aparentemente novas que receberam o nome de pós-modernidade não representam uma solução para os problemas vislumbrados pelos pensadores, os primeiros responsáveis por uma crítica radical da modernidade.

Para finalizar o debate, Cardoso considera importante a preocupação com o texto, sua construção discursiva e o trabalho rigoroso levando-o em conta. No entanto, em sua opinião, ocorre um paralogismo quando do postulado de que o textual, o discurso e o simbólico estejam presentes em todos aspectos do cultural e do social, passa-se a acreditar que aqueles aspectos esgotem o humano, o cultural e o social. Cardoso vai além argumentando:

Não vejo vantagem alguma em evacuar uma dada encarnação da famigerada “natureza humana”, por exemplo, o *homo economicus*, para, a seguir, ceder à outra, o *homo symbolicus*, tão reducionista e naturalizante quanto a primeira! Igualmente reducionista é considerar que, da constatação da presença de recursos retóricos de tipo narrativo nos textos que produzem os historiadores, se possa dar o salto que permitiria afirmar que a História escrita por tais profissionais não passe de um efeito do modo discursivo empregado. A história é muito mais do que um mero efeito discursivo; e uma coisa não tem porque, logicamente, conduzir à outra. Se conduz, é porque intervêm outras preferências epistemológicas, que não são as minhas (CARDOSO, 1999, p. 52).

Cardoso afirma ainda que prefere continuar trabalhando com a noção de verdade científica, mesmo reconhecendo que ela não é ascendente e cumulativa, mesmo havendo retrocessos e erros, becos sem saída e estagnações. Recorremos a esse debate publicado nas páginas da Revista Diálogos para lançar a hipótese que podemos discernir as seguintes



correntes de historiadores brasileiros nessas discussões que envolvem história, linguagem e mundo.

Primeiramente, uma corrente representada por aqueles que procuram estabelecer o estatuto científico da história e acreditam na existência de uma continuidade entre a narrativa e o mundo, ou seja, que a linguagem usada pelo historiador para escrever sobre o passado corresponde ao passado como narrativa. Nomes como *Ciro Flamarion Cardoso*, *Francisco Falcon*, *Emília Viotti da Costa* e *Jurandir Malerba* defendem essas proposições.

Em segundo lugar, há aqueles historiadores que resolveram reduzir o mundo cognoscível à linguagem e assumir a posição extrema de que não é possível atingir o real pelo texto. Os trabalhos desenvolvidos por *Gabriel Giannattasio* e *Alfredo Oliva de Oliveira* apontam nessa direção. Por fim, historiadores como *Antonio Paulo Benatte* e *José Antônio Vasconcelos* defendem em suas pesquisas a história como gênero literário, com um forte elemento poético, propondo a retomada do historiador enquanto um contador de estórias.

Por último, um marco no debate acerca da historiografia pós-moderna e a problematização que esta faz da linguagem: a publicação do texto, já citado, *A Dialética Invertida*, de *Emília Viotti da Costa*. No que tange às questões da linguagem, a historiadora propõe que, na pós-modernidade, o cultural, o político e a linguagem deixaram de ser determinados para serem determinantes.

Ao reducionismo econômico substitui-se um novo tipo de reducionismo: cultural ou político, tão insuficiente e equivocado quanto o anterior, apenas se inverteram os termos do discurso historiográfico. A um tipo de reificação opõe-se outro. O que se assistiu foi uma mera inversão de duas posturas igualmente insatisfatória, nenhuma das quais faz jus à complexidade da dialética e da teoria da práxis (VIOTTI, 1990, p. 13).

A historiadora afirma ainda que, incapaz de subverter as estruturas do poder pelo Estado, a geração de 1968 subverteu a linguagem. O texto identifica o que ela julga ser inconsistências na abordagem pós-moderna, sem, contudo, propor alternativas a essa mesma abordagem. No grupo de autores que criticam o pós-modernismo, existem aqueles, como *Francisco Falcon*, que defendem a possibilidade do historiador atingir o real pela linguagem por meio dos pressupostos teóricos e metodológicos da produção do conhecimento histórico.

A condição de possibilidade deste conhecimento está fundamentada nos pressupostos teóricos e metodológicos da produção do conhecimento histórico. Tais pressupostos apresentam-se em termos de relações entre sujeito e objeto do conhecimento materializadas no próprio discurso ou texto da história. Essas relações têm sido descritas e analisadas de variadas formas: positivista, historicista/historista,



marxista, dialética, entre outras. [...] todas essas formas de produção do conhecimento histórico partem do mesmo pressuposto sobre a história: realidade, racionalidade, sentido (FALCON, 2002, p. 27-28).

Dessa forma, para Falcon são os procedimentos teórico-metodológicos que permitem ao historiador produzir um conhecimento histórico verdadeiro e real. É o distanciamento epistemológico que separa a história da literatura ficcional, ou a história da “estória”. As considerações de Emília Viotti da Costa e Francisco Falcon têm continuidade com os trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso. No texto “Crítica de Duas Questões Relativas ao Antirrealismo Epistemológico Contemporâneo, o historiador fluminense busca mostrar que a narrativa histórica, longe de deformar os traços que relata, prolonga seus traços fundamentais.

Cardoso encontra alicerce para suas considerações na obra do historiador David Carr, para quem existe uma continuidade formal de características entre a narrativa e a realidade humana, tanto a individual quanto a coletiva. No livro *Tempo, Narrativa e História*, de 1986, Carr argumenta que a historicidade, essa temporalidade da experiência, não se aplica apenas ao modo pelo qual o indivíduo experimenta o mundo. Em sua opinião, existiria uma continuidade entre o papel do tempo no nível elementar do indivíduo, seu papel no nível da coletividade e finalmente da escrita da história. Ao retomar as proposições de David Carr, o trabalho de Flamarion Cardoso mostra que existe uma continuidade entre narratividade e mundo.

A estrutura da ação (passado/presente/futuro) é comum ao texto e à vida, à narrativa e à realidade. Quem propõe a descontinuidade, afirmando que na vida real não há começo, meio e fim, esquece que não só o nascimento e a morte como, também, inúmeras formas menos definitivas de estruturações são dotadas de início e conclusões (CARDOSO, 2005, p. 66).

Vale ressaltar que, em alguns momentos do seu texto, Cardoso (2005) considera que as ideias pós-modernas e o ceticismo em relação à possibilidade da narrativa representar o mundo teriam ganhado relevo com o pós-estruturalismo.

Os historiadores tradicionais praticavam o realismo do objeto e acreditavam na veracidade das narrativas históricas, desde que essas seguissem certas regras de elaboração. Em anos recentes, porém, num assalto a tal posição que não é o primeiro mas usa vocabulário e argumentos por vezes diferentes dos precedentes, filósofos, teóricos da literatura e certos historiadores partem do princípio de que os fatos reais humanos não se agrupam como nas narrativas; qualquer texto narrativo que deles pretende dar conta os falseia necessariamente. Em História esse é um dos caminhos que se convencionou chamar de virada linguística, configurada na França pela “desconstrução” propugnada por pós-estruturalistas como, por exemplo, Jacques Derrida e Gilles Deleuze [...] (CARDOSO, 2005, p. 63-64).



Segundo Michel Peters (2000), embora haja sobreposições filosóficas e históricas entre os dois movimentos, estruturalismo e pós-estruturalismo, é importante distingui-los para que seja possível avaliar suas respectivas trajetórias, uma vez que existe um importante conjunto de diferenças teóricas e históricas compreendidas melhor se for examinado o desenvolvimento do pós-estruturalismo. O principal argumento defendido por Peters é que o desenvolvimento teórico do estruturalismo francês, durante o final dos anos 1950 e 1960, levou à institucionalização de um megaparadigma transdisciplinar contribuindo para integrar as chamadas humanidades nas ciências sociais, mas o fez de uma forma cientificista. Sua pretensão ao *status* de paradigma baseava-se na centralidade da linguagem na vida cultural e social humana, considerada como sistema semiótico ou como sistema de significação autorreflexivo. Já o pós-estruturalismo, segundo Peters (2000), é:

[...] uma resposta especificamente filosófica ao status pretensamente científico do estruturalismo e à sua pretensão a se transformar em uma espécie de megaparadigma para as ciências sociais. O pós-estruturalismo deve ser visto como um movimento que, sob a inspiração de Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger e outros, buscou descentrar as 'estruturas', a sistematicidade e a pretensão científica do estruturalismo, criticando a metafísica que lhe estava subjacente e estendendo-o em uma série de diferentes direções, preservando, ao mesmo tempo, os elementos centrais da crítica que o estruturalismo fazia ao sujeito humanista (PETERS, 2000, p.10).

Se em alguns momentos de seu texto Cardoso (2005, p. 85) utiliza a concepção pós-moderna de história enquanto sinônimo de pós-estruturalismo, em outros momentos chama essa concepção de Novo Historicismo, quando, por exemplo, escreve: “cabe-nos tratar das bases epistemológicas em que repousa a concepção pós-moderna de História, também conhecida como um Novo Historicismo”.

Segundo José Antonio Vasconcelos, há uma imensa dificuldade em conceituar o novo historicismo, uma vez que não constitui propriamente uma escola, nem seus proponentes empenham-se em definir os princípios gerais do seu trabalho. Para Vasconcelos, o novo historicismo considera importante a relação texto-contexto, mas a vê como algo problemático. Para os novos historicistas, há uma relação de dependência recíproca entre a textualidade da história e a historicidade dos textos literários, de modo que, para o crítico, torna-se importante perceber não só como o texto é moldado pelo contexto, mas também como o próprio contexto só é acessível de forma textualizada, e só adquire significado à luz do texto literário ao qual se



contrapõe. Este enfoque permite substituir uma relação mecanicista própria do historicismo tradicional por uma relação mais aberta e dinâmica da relação texto-contexto.

Mas e a história, em que ela se vê afetada pelo que acontece nos estudos literários? O que há no novo historicismo que faz com que Ciro Flamarion Cardoso o use enquanto sinônimo de pós-modernidade na historiografia? Para Vasconcelos, o medo que alguns historiadores sentem em relação ao novo historicismo talvez se deva ao fato dele buscar uma análise aguçada das práticas narrativas e retóricas na construção do texto; o que, no âmbito da história, coloca dois desafios significativos aos historiadores: primeiro, a consideração de como os documentos históricos foram construídos e, segundo, uma consideração autoconsciente das formas de representação que os historiadores empregam.

Isto posto, pode-se dizer que o enfrentamento do argumento de que o discurso institui, cria o mundo, a história e a realidade e, conseqüentemente, uma busca pela correspondência entre palavra e mundo tem continuidade com os trabalhos de Jurandir Malerba. Esse historiador parte da argumentação de que um dos postulados da pós-modernidade é que a linguagem constitui e define a realidade para as mentes humanas e que não existe qualquer realidade extralinguística independente de representações dessa realidade. Para Malerba (2006), o pós-modernismo nega a capacidade da linguagem ou discurso de se referir a um mundo independente dos fatos e coisas, assim como a determinação das coisas.

No texto *A História e os Discursos: Uma Contribuição ao Debate sobre o Realismo Histórico* é construída uma longa crítica acerca do que ele acredita tratar-se do antirrealismo, presente nas teses pós-modernistas e ao narrativismo, que afirma a prioridade na criação das narrativas históricas aos imperativos da linguagem. Na tentativa de argumentar contra as teses pós-modernistas, Malerba (2006) busca elementos no conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu e na teoria simbólica de Norbert Elias.

Segundo Malerba (2006), o entendimento de linguagem de Bourdieu, calcado na ideia de *habitus* é o oposto da linguística estruturalista. Para Bourdieu, o *habitus*, ao conformar categorias de percepção, transforma-se em linguagem e a realidade social configura aqueles elementos de percepção por meio dos quais o indivíduo processa e acessa essa mesma realidade.

Diversamente do que propõe a concepção estruturalista da linguagem, que nutre a epistemologia pós-moderna, a constituição de uma linguagem por meio da qual representamos o mundo (social inclusive) é um processo eminentemente histórico e



social e o sujeito do conhecimento é sempre coletivo. Os signos, conceitos e discursos sobre o mundo não são jamais arbitrários. Mas formulados a partir de um conjunto de determinantes sociais que são interiorizados pelos indivíduos, a partir da qual eles constroem as lentes (os conceitos) com os quais apreende (percebe, classifica e narra) o mundo (MALERBA, 2006, p. 58).

Assim, para Malerba (2006), os indivíduos, eminentemente sociais, observam, descrevem e narram a realidade. Mas, para fazer isso, estão equipados com instrumentos cognitivos, elaborados mediante o contato com a própria realidade e com os quais nos assenhoramos intelectualmente dela. Além disso, Malerba retoma Norbert Elias para mostrar a possibilidade de pensar discurso e mundo enquanto conectados. Para Elias, a concepção de processo de conhecimento baseia-se na separação entre o sujeito do conhecimento e o seu objeto, ainda baseado na separação radical entre homem e natureza. Elias propõe que deve-se superar essa atitude e transformar a cognição para que seja possível transcender a dúvida cartesiana, da possibilidade de acesso a um mundo exterior. Sua argumentação, para tentar superar o cogito cartesiano parte da premissa de que não existe conhecimento que não seja socialmente adquirido. O conhecimento se produz de uma forma que liga linguagem, conhecimento, memória e pensamento.

Elias parte da constatação óbvia de que qualquer ser humano torna-se plenamente humano ao aprender uma língua [...]. Não há uma língua extra-humana, metafísica, ou natural (como desejaram os estruturalistas). [...] a força de uma língua tem sua raiz no fato de representar um cânone unificado de fala que deve ser observado por todo o grupo, a fim de manter sua força comunicativa. O signo arbitrário e inato dos pós-estruturalistas cai por terra aos pés da teoria simbólica de Elias (MALERBA, 2001, p. 59).

Dessa forma, para Malerba, a língua é um dos principais caminhos que unem a natureza, a sociedade e a cultura. Em sua opinião, baseado nos pressupostos de Elias, uma língua, no ato de comunicação entre um emissor e um receptor, representa simbolicamente o mundo em que ela é falada. Essa língua é plástica e histórica, constitui-se como o principal instrumento de comunicação e orientação no mundo dos indivíduos que a praticam.

Se para Malerba existe uma ressonância entre a história como ela é vivida e a forma como ela é contada, outros teóricos da história defendem que qualquer construção linguística não seria outra coisa além de uma articulação do discurso e, portanto, o historiador não pode transcender a própria realidade retórica e literária. Essa é a posição assumida por Gabriel Giannattasio e Guilherme Bordonal, para quem a história nunca deixou de ser uma filosofia da linguagem.



Historizaram-se palavras, testemunhos, imagens e oramos fervorosamente para que eles expressem o passado: não se faz história do passado, mas isto sim, uma história das linguagens do passado. Representamos o mundo por meio de signos, símbolos gráficos e linguagens, não se é capaz de ir além deles. Estamos constrangidos a admitir que no princípio era o verbo (GIANNATTASIO; BORDONAL, 2011, p. 44).

A afirmação de que a forma e a narrativa não podem transcender a linguagem faz com que a forma deixe de ser um problema que afete o historiador marginalmente para ganhar a cena principal nos estudos históricos. Isso posto, Giannattasio e Bordonal (2011) recorrem às afirmações de Peter Gay (1990), que reconhece o papel fundamental do estilo na história e para quem o estilo é uma espécie de moldura que torna a aridez científica sedutora; entretanto, o estilo não é um mero ornamento. O estilo não é a roupagem do pensamento, mas parte constituinte dele. É forma e conteúdo, afinal, o estilo molda e é moldado pelo conteúdo.

Ao admitir que, na escrita da história, a forma é tão importante quanto o conteúdo, seria conseqüentemente forçoso reconhecer um estreito parentesco entre historiografia e ficção. Entre alguns profissionais de história essas conclusões geraram certo mal-estar e os levaram a perguntar novamente: o que faz o historiador? Giannattasio (2013), faz uma “metaficção historiográfica” na qual articula-se um rigoroso trabalho de investigação documental a um trabalho de fabulação. Logo, há uma obra de metaficção, uma ficção produzida a partir de um artefato ficcional e os documentos no trabalho do historiador. “A história retoma, por assim dizer, um diálogo com as artes, em particular com a arte literária. Passados mais de dois mil anos de logocentrismo, testemunhamos contemporaneamente uma nova/velha arte do fazer historiográfico” (GIANNATTASIO, 2013, s/p).

Em um texto publicado em 2000, com o título História, Ciência, Escritura e Política, o historiador Antonio Paulo Benatte reflete acerca da retomada do diálogo da história com as artes e com a literatura e, conseqüentemente, uma reaproximação da história com a “bela escrita” e com o prazer estético a partir de uma historiografia pós-moderna. A hipótese da qual parte Benatte é que distingue-se dois momentos em que a história era considerada um gênero literário. O primeiro, que antecede no tempo a consideração da história como ciência, teve seu auge no Iluminismo, e outro contemporâneo, com a pós-modernidade.

O processo de cientificação da história teria passado pela estratégia de afastar as narrativas ficcionais do domínio do Clio. O Iluminismo representou o triunfo da razão, o êxito de uma revolução no saber que se iniciou no século XVI e fez da racionalidade o acesso ao



verdadeiro entendimento, a verdade não mais revelada pelas escrituras sagradas, mas buscada pelo método científico, capaz de propiciar um saber dessacralizado, secular e lógico da natureza e da história. Assim, na modernidade, a história entra no sistema das ciências, ou seja, passa a ser um saber adquirido por meio de um exame crítico da documentação ou da busca de leis.

Até o século XVIII, e sem contradição com o discurso verdadeiro sobre o passado, o texto histórico confundia-se com o texto que hoje chamamos “literário”. O historiador sempre fora, desde a antiguidade clássica, um narrador. A história era concebida como um ramo da retórica. Narrar, para o historiador, era, sobretudo, contar os acontecimentos notáveis do passado, escrever um relato circunstanciado, registrar os feitos dos grandes homens, seu heroísmo cívico, sua virtude ou santidade, seu exemplo digno de perdurar na memória da humanidade (BENATTE, 2001, p. 70).

A oposição falseada da narrativa ficcional e a definição da verdade histórica como concordância com os fatos prosseguiu no século XIX. Ranke deu continuidade ao processo iniciado no século XVIII, de elisão da bela escrita da narrativa histórica, pois, em suas palavras, o historiador deve apenas “mostrar como isso ocorreu na realidade”. O argumento mais radical encontra-se no livro considerado o perfeito manual do historiador metódico ou “positivista”, Introdução aos Estudos Históricos, de Langlois e Seignobos. Nesta obra, as pretensões literárias dos historiadores eram combatidas em nome da exposição científica, objetiva e simples dos fatos.

Para Benatte, a historiografia do século XX, considerada de reação ao positivismo, manteve, contudo, o princípio herdado do século XIX, de combate à forma literária de escritura da história. As Escolas dos *Annales*, por exemplo, sempre opuseram o ideal científico de uma história-problema à ideia de uma história narrativa, ligada ao factual e ao tempo curto dos acontecimentos.

Essa tentativa de apagamento da narrativa da história acarretou uma série de prejuízos para escrita da história, uma vez que tornou os historiadores inconscientemente cegos ao caráter retórico-poético de seu discurso. Assim, os modelos de escrita acadêmica tornaram-se um cânone, uma espécie de ortodoxia da forma que impediu, justamente, a reflexão e a experimentação sobre a forma, isto é, sobre os dispositivos literários que os “cientistas”, devido ao inevitável uso da linguagem, agenciam em seus discursos e materializam em seus textos.

A crença moderna de um possível afastamento da narrativa do fazer historiográfico e de que ciência e arte são campos irreduzíveis da experiência humana foi refutada pelo



pensamento pós-moderno. Afinal, a ideia de que toda e qualquer forma de história, desde a mera crônica dos acontecimentos até aquela mais social, estrutural ou quantitativa, é dependente de procedimentos de composição próprias à narrativa estaria sendo aceito pela historiografia.

O pensamento contemporâneo, principalmente em sua versão pós-moderna, tem colocado na ordem do dia o problema do artefato textual, da materialidade heurística de seus discursos [...] Trata-se de refletir sobre o caráter narrativo, retórico e poético de todo discurso, seja ele científico ou não (BENATTE, 2001, p. 78).

Para José Antonio Vasconcelos, com a crise dos modelos explicativos e a retomada da narrativa, conscientiza-se de que o célebre Menochio vale a pena ser estudado não só porque ele ajuda a compreender um processo histórico mais amplo, mas porque é bom ouvi-lo, uma vez que conhecê-lo por intermédio de um historiador genial causa um imenso prazer.

O panorama do debate estabelecido entre os historiadores brasileiros acerca da relação existente entre história, linguagem e mundo convida a explorar a linguagem como elemento no qual todos, incluindo os historiadores, existem e por meio do qual, dá-se sentido ao passado, presente e futuro.

Considerações Finais

O debate sobre a pós-modernidade na historiografia desenvolvido pelos historiadores brasileiros foi norteado por duas questões: a temporalidade e a narrativa histórica em um mundo pós-moderno. No que se refere ao tempo pós-moderno, os debatedores da questão relacionam a emergência de novos aspectos da cultura e da vida social e econômica com uma nova forma de fazer historiográfico; ou seja, a emergência do tempo pós-moderno levou a historiografia a ressignificar seus métodos e objetos de análise.

Já o debate sobre a narrativa histórica, procedente de uma zona de estudos claramente extra-historiográfica, produziu dois tipos de realidade. Sucintamente, de um lado, alguns historiadores procuraram mostrar que a escrita da história é uma forma a mais da escrita da ficção. Para esse grupo, a evidência histórica – a documentação e os dados – tem pouco a oferecer frente ao domínio absoluto da interpretação do historiador, e o explicável em uma obra é o seu caráter estético, no qual o estilo é o mais importante, uma vez que contar uma boa história e contá-la bem, em um bom estilo literário é o mais importante. Por outro lado, historiadores voltando-se contra aqueles que destacam o caráter literário do discurso



historiográfico, procuram colocar em evidência o *status* epistemológico e científico das representações historiográficas colocando o pós-modernismo como um mal a ser combatido.

Apesar das diferentes respostas que os historiadores brasileiros deram para as questões que envolvem a temporalidade e a narrativa histórica em um mundo pós-moderno, prevaleceu o fato de esses historiadores responderem às questões não a partir da própria historiografia, mas dialogando com outras áreas do saber, passando pela Linguística, Filosofia, Crítica Literária e Antropologia.

Isto posto, a abertura do historiador às outras áreas do saber resultou, em muitos momentos, em um apagamento das fronteiras disciplinares. Se considerar que essas fronteiras foram criadas para responder a determinadas exigências institucionais e não podem ser entendidas como “camisas de força”, esse diálogo intenso com outras áreas pode ser benéfico, na teoria e prática, para a disciplina histórica. Além disso, em uma disciplina como a história, em que a teorização foi sempre débil e com pouca tradição, o debate sobre o pós-modernismo levou os historiadores a se deixarem distrair pela Teoria e passar Clio para o outro lado do espelho, em uma perspectiva essencialmente reflexiva.

Referências

- ANKERSMIT, Frank. **A escrita da história**: a natureza e representação histórica. Londrina: Eduel, 2012.
- BARTHES, Roland. **O Rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BENATTE, Antônio Paulo. História, ciência, escritura e política. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (Orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Volume 1. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador. **Diálogos**, Maringá, v. 3, n. 1, 1999.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Um historiador fala de teoria e metodologia: Ensaio. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna**: introdução às teorias do contemporâneo. São Paulo: Loyola, 2000.
- COSTA, Emília Viotti. A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 14, n. 27, 1994.



- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia. Perspectiva*, São Paulo, 1973.
- DIEHL, Astor Antonio. À propósito do texto epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador, de Ciro Flamarion Cardoso. *Diálogos*, Maringá, v. 3, n. 1, 1999.
- DOSSE, François. *A história*. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.
- DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.
- FALCON, Francisco. *História cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FERNANDES, Gisele Manganelli. O pós-modernismo. In: BONNICI, Thomas; Osana, Lúcia (Orgs.). *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Eduem, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo A. Comentário ao texto: Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador. *Diálogos*, Maringá, v. 3, n. 1, 1999.
- GAY, Peter. *O estilo na história*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GIANNATTASIO, G.; IVANO, R. (Orgs.). *Epistemologias da história: verdade, linguagem, realidade, interpretação e sentido na pós-modernidade*. Londrina: Eduel, 2011.
- GIANNATTASIO, Gabriel. *História e literatura: do mito à metaficção historiográfica*. Mimeo, 2013.
- HABERMAS, Jurgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (Orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, SP: Editor da Unicamp, 2000.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- JAMESON, Frederick. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- JENKINS, Keith. *Por qué la historia? ética y posmodernidad*. México: FCE, 2006.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- MALERBA, Jurandir. A história e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico. *Locus*, Juiz de Fora, v. 12, n. 11, 2006.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Loyola, 2005.
- PAZ, Francisco Moraes. *História, modernidade e pós-modernidade: os desafios contemporâneos do conhecimento*. Curitiba, Mimeo, 1994.



PETERS, Michel. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença (uma introdução)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

REIS, José Carlos. **História & teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. O enigma pós-moderno. In: OLIVEIRA, Roberto (Org.). **Pós-modernidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. **Revista de História**, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1991.

VASCONCELOS, José Antonio. **Quem tem medo da Teoria?** A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. São Paulo: Annablume, 2005.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.